

AduSP

INFORMATIVO

Prioridades, revisão salarial e gatilho em debate na Assembleia

Na Assembleia Geral da Adusp de 22/9 estarão em pauta para deliberação a definição de ações prioritárias da entidade nos próximos meses, bem como nossa proposta de revisão salarial do segundo semestre, prevista no acordo de data-base de abril de 1991. Serão dados informes sobre gatilho e previdência, certamente prioritários para os docentes, respectivamente, com mais de vinte e menos de dez anos de atividade na USP.

O Conselho de Representantes da Adusp (CR), na reunião de 30/8, estabeleceu algumas iniciativas que a entidade deverá priorizar nos próximos meses. Uma delas é referente às condições de trabalho e à carreira docente, que torna-se mais urgente em decorrência das informações transmitidas ao Co em 14/9, de que a Reitoria pretende implementar a reforma aprovada em março de 2009, que introduz níveis horizontais nas categorias de doutor e associado; e de que reconstituiu uma comissão assessora com a finalidade de definir os critérios de “ascensão” (sobre a reunião do Co, vide p. 4). Embora a reforma da carreira ainda esteja *sub judice*, por conta de nossos recursos, urge que criemos canais efetivos com nossos colegas no sentido de alertá-los, mais uma vez, acerca dos prejuízos que dela poderão advir, como

tornar ainda mais alucinante o ritmo acelerado do trabalho docente.

O CR também elencou a questão previdenciária entre as prioridades: a perda da aposentadoria integral, o regime próprio e o regime complementar, a entidade gestora deste último — todos serão assuntos debatidos na assembleia. Essas questões afetam principalmente os docentes concursados após 2003, mas não só, pois elas interferem fortemente no modelo de universidade que vigorará com a instalação de tais mudanças no sistema previdenciário.

No último Co, o reitor retirou da pauta a discussão da estrutura de poder na USP; e, da mesma forma, deixou de tratar do assunto com a diretoria da Adusp, descumprindo o acertado antes da posse. Esse tema é muito caro aos associados da Adusp, que têm na convocação de uma Estatuinte democrática e soberana uma bandeira histórica. Devemos definir na assembleia o que fazer para dar prosseguimento à luta pela democratização da USP, outra prioridade indicada pelo CR.

Reunião com Cruesp

O acordo de data-base de abril de 1991, assinado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e pelo Fórum das Seis, afirmava que “será



feita necessariamente uma revisão salarial semestralmente, pelo menos”. Essa revisão salarial aconteceu diversas vezes nos últimos vinte anos, pois a arrecadação do ICMS quase sempre supera a previsão do governo. Ao calcular a arrecadação do ano seguinte, o governo sempre a subestima largamente. A previsão de arrecadação de R\$ 59 bilhões em 2010 foi, assim, descartada pelo próprio Cruesp, que a estimou em R\$ 61,2 bilhões quando anunciou o reajuste de 6,57% em maio, que resultaria no comprometimento acumulado de 85% com as folhas de pagamento das três universidades ao final do ano. Em 17/8, a Comissão Técnica do Cruesp, em reunião com o Fórum das Seis,

aumentou sua previsão para R\$ 63 bilhões, enquanto a previsão mais modesta do Fórum é de R\$ 65 bilhões.

A diretoria da Adusp, face a vários cenários possíveis de revisão salarial (comentados no *Jornal do Fórum das Seis*, encaminhado aos escaninhos dos docentes), levou à reunião do Fórum, em 16/9, a proposta de um acréscimo de 7,19% sobre os salários atuais (o que levaria ao reajuste total de 14,23% na data-base). Esse índice faria com que o comprometimento acumulado com a folha das três universidades fosse de 85% no final do ano, supondo uma arrecadação de R\$ 65 bilhões. O indicativo do Fórum para as assembleias que ocorrerão entre 20 e 28/9 incluiu, além desse cenário, um reajuste de

8,85% sobre os salários atuais (correspondente à reivindicação de 16% na data-base). Nos dois cenários, o Fórum indicaria reajustes menores do que esses na reunião com o Cruesp, no caso de frutificarem as negociações de adicionais de reestruturação de carreira dos funcionários técnico-administrativos. O Fórum oficiou ao Cruesp solicitando que a reunião ocorra no período de 4/10 a 8/10.

Apenas para reforçar a possibilidade de conquistarmos uma parte adicional das perdas acumuladas de cerca de 30%, referentes ao salário médio de 1989, basta mencionar os seguintes números arredondados: o ICMS definitivo dos primeiros sete meses do ano soma R\$ 37,44 bilhões; em julho atingiu R\$ 5,53 bilhões; pois bem, embora nos últimos anos a arrecadação dos meses seguintes supere a de julho, se imaginarmos que de agosto a dezembro se repita o valor de julho teremos um acréscimo de R\$ 27,65 bilhões, o que levaria ao acumulado de R\$ 65,1 bilhões. Eis por que qualificamos de modesta a previsão de R\$ 65 bilhões!

Colega, se pelo menos um dos temas comentados é do seu interesse, venha à assembleia da Adusp para colaborar na discussão! É uma forma de estabelecer um diálogo inteligente com a vida dos que trabalham na USP.

Assembleia Geral da Adusp: compareça!

quando: 22 de setembro (quarta-feira); a que horas: 17; onde: Auditório Adma Jafet (Instituto de Física)

Candidatos a governador apresentam suas propostas

O *Informativo Adusp* enviou por e-mail seis perguntas idênticas aos nove candidatos ao Governo do Estado, com objetivo de conhecer melhor suas propostas para a educação e, particularmente, para o ensino superior público em São Paulo. Enviaram suas respostas os candidatos Aloizio Mercadante (PT), Fábio Feldmann (PV), Igor Grabois (PCB), Mancha (PSTU), Paulo Bufalo (PSOL) e Paulo Skaf (PSB). Já Anaí Caproni (PCO), Celso Russomanno (PP) e Geraldo Alekmin (PSDB) não responderam até o fechamento desta edição. A seguir selecionamos alguns trechos das respostas, que não podem ser reproduzidas na íntegra por motivo de espaço.

A pergunta sobre se pretendem aumentar o aporte de verbas para as universidades públicas estaduais, Grabois, Bufalo e Mancha responderam citando os gastos com a dívida pública como um empecilho: “Aumentar a verba para as universidades seria muito simples. Infelizmente, por conta de definições legais, todos os Estados são obrigados a repassar uma parcela significativa de suas arrecadações para a Federação”, diz Grabois, que também cita a necessidade de combater as fundações privadas, para acabar com o uso indevido do espaço público.

“Parte significativa dos recursos para ampliar os gastos com educação, saúde, saneamento básico e assistência social virá dos gastos com a dívida pública. Queremos realizar uma auditoria nessa dívida e renegociar seu pagamento”, afirma Bufalo. O candidato propõe ainda a isonomia salarial entre professores do Centro Paula Souza e das três universidades estaduais.

“Defendemos que a reivindicação dos professores e funcionários das universidades seja atendida — 11% da arrecadação bruta do Estado para o

ensino superior”, declara Mancha, que advoga que os recursos venham do não pagamento da dívida e do fim da transferência de verbas públicas e das isenções fiscais para o setor privado.

Mercadante compromete-se em destinar recursos para projetos específicos: “Além do repasse, vamos liberar verba para as universidades públicas, a partir de projetos concretos, para contemplar pesquisas, inovação e serviços para a comunidade”. Skaf, por sua vez, tangencia o assunto: “As universidades públicas estaduais são autônomas. O governador tem pouca influência nas decisões que elas tomam”. Feldmann descarta maiores repasses: “No curto prazo não será possível aumentar os gastos com o ensino superior público no Estado. A prioridade de nosso governo será o aumento do gasto com o ensino fundamental, pelo impacto que esse gasto tem na redução da desigualdade e da pobreza.”

Expansão

A pergunta sobre a possibilidade de expansão do ensino superior público do Estado só é respondida negativamente pelo candidato do PV: “Não considero essa uma meta importante para o próximo governo”, declara Feldmann, para quem “políticas inovadoras como o ProUni têm garantido o aumento das matrículas no ensino superior, valendo-se da maior capilaridade das universidades privadas”. Todos os outros mostraram-se favoráveis à expansão, em maior ou menor grau.

“Ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior é uma das nossas prioridades”, destaca Mercadante. O candidato do PT cita a criação de uma Universidade Tecnológica e a expansão de vagas nas estaduais como medidas de seu programa, e afirma que pretende garantir, nas univer-

sidades e escolas técnicas, reserva de vagas para negros, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas.

Mancha afirma que pretende aumentar o número de vagas “através da expansão ordenada das três universidades públicas estaduais; garantindo campi com infraestrutura e mantendo o tripé ensino-pesquisa-extensão”. Bufalo pondera: “A concentração de mais de 90% das matrículas no ensino superior privado no Estado de São Paulo deixa claro que é necessário ampliar vagas no ensino superior público”. Para o candidato do PSOL, a expansão em São Paulo deve ser feita em parte pelo governo federal e em parte pelo estadual, o que seria possível com a renegociação da dívida pública.

Opinião semelhante tem Grabois: “Novamente, entramos na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não alterarmos a própria estrutura do Estado, fica comprometido o aumento de vagas no ensino superior”. Por fim, Skaf afirma: “As universidades públicas estaduais têm que aumentar sua participação no número de alunos que cursam o ensino superior no Estado. É necessário ainda identificar se há ociosidade. Com mais eficiência, é possível aumentar o número de vagas nas universidades públicas estaduais”.

Autonomia

Quanto ao respeito à autonomia universitária pelo Governo do Estado, o candidato do PCB opina: “Enquanto houver fundações privadas distorcendo as Universidades, enquanto as estruturas de poder forem fechadas, impedindo a participação da maioria do corpo universitário, essa autonomia é fictícia. A verdade é que as mudanças na sociedade precisam vir de baixo para cima. E o autogoverno das universidades não é diferente”.

Mercadante critica o governo estadual: “A gestão autoritária é uma das marcas da política educacional do PSDB. Com a criação da Secretaria de Ensino Superior, as universidades estaduais foram isoladas das demais etapas do ensino. Essa situação exemplifica a maneira como o governo do PSDB enxerga a educação, fragmentando as políticas públicas para as diferentes etapas do ensino em detrimento de uma articulação”. O candidato lembra a escolha de Rodas como reitor, os decretos de 2007 e o uso de força policial no campus da USP em 2009, para concluir que a autonomia é um “princípio fundamental, que deve ser preservado”.

Bufalo também repudia a escolha do segundo da lista triplíce para reitor e a ação da PM contra manifestações políticas e afirma: “Por mais que nós do PSOL acreditemos que a universidade deva ter uma administração mais democrática e com maior participação dos funcionários e estudantes, vamos respeitar a autonomia universitária. Não vamos propor medidas que inibam a autonomia administrativa das universidades públicas paulis-

tas, mas vamos combater com rigor as propostas de burlar as normas de administração pública pelas chamadas fundações de apoio”.

Mancha, do PSTU, é sucinto: “Defendemos a autonomia universitária baseada em dois princípios fundamentais: o caráter público e gratuito do ensino e o trinômio ensino-pesquisa-extensão”. Skaf também é conciso: “Sou um defensor da autonomia universitária, mas isso não significa liberdade para fazer o que quiser. Afinal, a universidade é uma instituição pública que precisa prestar contas à sociedade”.

Feldmann defende “responsabilidade compartilhada” na relação entre governo e universidade: “Autonomia não significa isenção de responsabilidade diante dos contribuintes. Dessa forma, a sociedade e o governo têm o direito de esperar uma contrapartida dos servidores das universidades, que é uma postura ativa pela melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa”. O candidato verde afirma que pretende ampliar o sistema de avaliação de desempenho de professores e funcionários.

Eleições para o CR vêm aí!

Nos dias 28 e 29/9, serão realizadas as eleições para o Conselho de Representantes (CR) da Adusp. O CR é uma instância de importância fundamental para a vida da entidade, na medida em que, além de deliberar sobre os mais variados temas de interesse do corpo docente, é por seu intermédio, principalmente, que a direção da Adusp estabelece contato com cada uma das unidades.

O representante encaminha à entidade, para discussão com representantes das demais unidades, a problemática cotidiana e as demandas de seus colegas. Leva de volta, fruto da discussão coletiva, propostas e encaminhamentos às questões apresentadas.

Converse com colegas de sua unidade visando a indicação de candidatos(as) a representante e suplente junto ao CR. As fichas de inscrição de candidatos podem ser entregues na sede da Adusp, devidamente preenchidas e assinadas, até 27/9. O mandato dos representantes eleitos nesse processo se encerrará em maio de 2012.

Consultoria Jurídica propõe suspensão para professor do ICB antes mesmo de iniciado o processo disciplinar

Docente é perseguido por ter denunciado irregularidades ao Ministério Público

O Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) firmou, em 23/8/2010, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o promotor de justiça Arthur Pinto Filho, do Ministério Público, mediante o qual aquela unidade da USP compromete-se a substituir o formol — empregado hoje na conservação de corpos humanos e partes de corpos, como ossos e órgãos, utilizados nas aulas do Departamento de Anatomia — por outra substância, a glicerina, até o dia 31/1/2011. O formol é cancerígeno e seu

descarte requer cuidados especiais.

O TAC resultou de denúncia encaminhada ao Ministério Público pelo professor associado Esem Cerqueira, do ICB, depois que ele tentou, sem sucesso, resolver este e outros problemas por via administrativa, na própria unidade. Mas não foi o único resultado da iniciativa do docente. Desde 18/6, ele enfrenta um processo disciplinar aberto pelo diretor do ICB, professor Rui Curi.

A direção do ICB alega que a conduta do professor foi “in-

compatível com os deveres funcionais” e que ele cometeu “infração disciplinar de natureza grave”. Isso porque o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em 10/5, reportagem de página inteira sobre a conservação inadequada de cadáveres e partes de cadáveres naquele instituto (“Instituto da USP guarda corpos em baldes”, p. C4). Cerqueira foi uma das fontes ouvidas pelo repórter e teria “concorrido para a publicação da referida matéria, agindo de má fé com o intuito de denegrir a imagem da Universidade”, segundo Curi, por ter permitido ao jornal realizar fotografias no local.

Em seguida à publicação, o diretor do ICB e o chefe do Departamento de Anatomia, professor Jackson Cioni (ambos entrevistados pelo repórter da *Folha*), oficiaram à Consultoria Jurídica da USP (CJ), pedindo “providências” contra Cerqueira. A CJ emitiu, então, dois pareceres. No primeiro, de 17/5, a procuradora Ana Maria da Cruz sugere “a ida destes autos para a área de procedimentos disciplinares”. O procurador chefe Gustavo Monaco aceita a sugestão e remete o caso ao procurador Alberto Gonçalves de Souza, que opina, em 2/6, “pela instauração de processo administrativo disciplinar contra o professor doutor Esem Pereira Cerqueira, visando a aplicação de pena de suspensão com fundamento no artigo 253, parágrafo 2º, I, do Decreto 52.906, cc. o artigo 254 da Lei Estadual n. 10.261/68” (destaques nossos). Assim, ao mesmo tempo em que propõe a abertura de processo, a CJ já sugere a pena a ser aplicada: suspensão por 90 dias.

Lei 8.501/92

O professor Cerqueira, que pertence ao quadro docente da USP desde fevereiro de 1981, em regime de dedicação integral e sempre no ICB, onde ministra três disciplinas, rebate as acusações: “Jamais tomaria qualquer atitude que ferisse a imagem da USP. Não foi esse o intuito”. No ICB, diz ele, a manipulação de cadáveres nem sempre atende às disposições da Lei 8.501, de 1992, que “visa disciplinar a destinação de cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, para fins de ensino e pesquisa”, e estabelece exigências que não têm sido respeitadas na unidade.

O artigo 3º, § 4º, por exemplo, estipula: “Para fins de reconhecimento, a autoridade ou instituição responsável manterá, sobre o falecido: a. os dados relativos à características gerais; b. a identificação; c. as fotos do corpo; d. a ficha datiloscópica; e. o resultado da necropsia, se efetuada; f. outros dados julgados pertinentes”. Mas no ICB as partes de diferentes corpos misturam-se, sem qualquer identificação, o que cria problemas éticos e legais.

“É muito estranho esse zelo repentino dos dirigentes do Departamento de Anatomia em 2010”, critica Cerqueira, lembrando que duas publicações dos estudantes — *O Bisturi*, do curso de Medicina, e *Alta Rotação*, da Odontologia — denunciaram, em 2008, o problema das peças anatômicas. Além disso, já em 2006 um abaixo-assinado firmado por 194 estudantes, que pedia providências para a situação, foi entregue ao então chefe do Departamento, mas arquivado após o “cien-

Daniel Garcia



Professor Cerqueira

te” do destinatário.

Quanto à atitude da CJ, Cerqueira protesta: “Não consigo entender como a CJ, sem antes fazer qualquer apuração, sem receber meu ponto de vista, já estabelece uma pena”. Segundo o professor, esse modo de agir lembra uma passagem da obra *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, em que a desvairada personagem Rainha de Copas, questionada por Alice sobre por que razão mandara “cortar cabeças” sem o devido processo, respondeu-lhe: “Primeiro a condenação e depois o processo”.

Procurado pelo *Informativo Adusp* para comentar o caso, o diretor do ICB enviou a seguinte declaração, por intermédio de sua secretária: “O professor Rui Curi pediu para informá-lo de que este assunto está sendo analisado em um Processo Administrativo Disciplinar com respaldo jurídico da CJ, não podendo nesse momento dar qualquer entrevista”.

Sarau Adusp
lançamento do livro
e debate sobre o tema
“A Mercantilização da Universidade”,
de Claudia Pereira de Pádua Sabia
Professora do programa de pós-graduação em Educação
da Universidade do Oeste Paulista

30 de setembro, 18 horas,
na sede da Adusp
(térreo do prédio da Antiga Reitoria)

Co aprova, por maioria, diretrizes de novos cursos

Rodas forma comissão encarregada de criar critérios para progressão horizontal na carreira

Na reunião de 14/9 do Conselho Universitário (Co), foram aprovadas as diretrizes para a criação de cursos de graduação, bem como a regulamentação da contratação de docentes temporários. Na mesma reunião Rodas comunicou, como se fora algo trivial: 1) a decisão de manter os níveis horizontais criados na carreira docente durante a gestão Suely (em reforma judicialmente contestada pela Adusp), e 2) a composição de uma nova comissão do Co encarregada de formular os critérios de ascensão horizontal na carreira, formada pelos professores Wellington Braz C. Delitti, Dante de Rose, Emma Ota, Ivan Sandoval, Luiz Pegoraro, Maria A. Fogin, Paulo Cordaro, Sandra Nitrini, Luiz E. Garcez Leme e Renata Conde.

O representante dos doutores no Co, professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, que teve seu nome incluído na comissão sem consulta prévia, solicitou ao colegiado um prazo para submeter a indicação aos professores do segmento que representa, “tendo em vista o modo questionável como foi aprovado o projeto de carreira na gestão da professora Suely Vilela”.

Ainda na sessão de comunicações, o reitor anunciou, de maneira vaga, que algumas ações estão sendo tomadas com a finalidade de pagar os beneficiários da Ação do Gatilho, mas sem evidenciar claramente quando e nem sob que condições pretende fazê-lo.

O ponto de pauta, elaborado pela Reitoria, “Diretrizes Para a Criação de Novos Cursos de Graduação” foi objeto de debate do qual participaram vários conselheiros. As diretrizes foram apresentadas e defendidas pelo professor Luiz Roberto Brito, diretor do Instituto de Estudos Avançados.

O professor Manoel Fernandes e outros membros do Co advogaram a necessidade de maior discussão nas unidades, já que cerca de metade delas não havia enviado proposições de mudança na minuta.

“Reconhecendo a necessidade de ampliação de vagas e criação de novos cursos, ressaltamos o problema relacionado ao orçamento da USP e perguntamos sobre quem pagaria a conta da ampliação, tendo em vista: 1) os baixos salários dos professores; 2) as condições físicas precárias de algumas unidades; e 3) a necessidade de manter em funcionamento áreas do conhecimento que não têm apelo de mercado e podem vir a ter cursos fechados”, explica o repre-

sentante dos doutores.

Alexandre Pariol, representante dos funcionários, propôs que as diretrizes para criação de cursos fossem objeto de uma reunião temática, que envolvesse amplamente a comunidade e pudesse qualificar melhor a resolução. Ao final de sua exposição, pediu vistas do processo e teve o seu pedido negado por Rodas. Encaminhada a votação, as diretrizes foram aprovadas pelo placar de 82 votos favoráveis, 10 contrários e 4 abstenções.

Temporários

Em seguida, o Co apreciou dois temas correlatos: a regulamentação da contratação de docentes pela USP para atender necessidades temporárias

e o serviço voluntário de especialistas de notório saber aposentados, externos ao corpo docente da USP.

No debate, alegou-se, em favor da contratação de professores doutores temporários, a necessidade premente de substituição de docentes que precisam se afastar por problemas de saúde, para qualificação, para gozo de licença etc. Os defensores da minuta lembraram que não poderiam mais ocorrer contratações ou substituições ao “arrepio da lei” e que os contratos serão de no máximo dois anos de duração.

Porém, o mesmo Co aprovou, em 23/3/2004, resolução determinando que a partir daquela data o ingresso na carreira docente na USP dar-se-ia ex-

clusivamente por concurso público, em obediência à Constituição Federal.

O professor Manoel Fernandes se opôs à minuta, argumentando que a ampliação dos quadros da universidade tornaria desnecessário este tipo de expediente, que traz riscos à própria carreira docente, pois “coloca para trabalhar, ombro a ombro, profissionais com diferentes níveis salariais, condições distintas de execução das atividades e de compromisso com a instituição”.

Apesar da contestação, a matéria foi aprovada por 81 votos a 8, com 4 abstenções. O serviço voluntário também foi aprovado: foram 78 votos favoráveis, 2 contrários e 18 abstenções.

GATILHO: a enrolação vai continuar!?

O cronograma fala por si:

5/4/2010 - Última petição protocolada no processo, pela Adusp (vide www.adusp.org.br no destaque sobre a ação do gatilho).

27/4/2010 - Única reunião realizada entre a Adusp e a atual gestão da Reitoria. Adusp entrega, em mãos, cópia da petição de 5/4 (relato da reunião no *Informativo Adusp* 305).

Mai a julho/2010 - Adusp finalmente vê atendida sua reivindicação de que fossem disponibilizados no sistema Marte os holerites de 1987 dos beneficiários. Entretanto, a Adusp e docentes identificam erros, que são apontados para a Reitoria.

16/8/2010 - Adusp envia mensagem à administração, solicitando reunião para tratar especialmente das informações disponibilizadas pela universidade no sistema Marte, incluindo a definição de um cronograma com prazos para a solução dos problemas identificados, e para a entrega ao juiz dos pagamentos efetuados aos beneficiários em 1987.

3/9/2010 - Adusp envia ofício ao reitor solicitando novamente que marque uma reunião.

3/9/2010 - o Boletim *USP Destaques* publica nota que dá a entender que a agilidade da execução da sentença do juiz dependeria de a Adusp apresentar as contas. A nota deixa de mencionar que para efetuar os cálculos do montante devido a cada beneficiário, relativo ao ano de 1987, é necessário que a USP forneça oficialmente os valores de vencimentos e proventos dos beneficiários em 1987. Por outro lado, a incorporação imediata de 32,96% nos salários pode ser feita de pronto pela USP: não requer cálculo algum.

8/9/2010 - Codage envia mensagem à Adusp informando que somente têm acesso ao sistema Marte os docentes que mantêm vínculo com a USP e que os docentes desligados podem solicitar cópias dos holerites de 1987 nas unidades onde estiveram vinculados naquele ano. Quanto aos herdeiros dos docentes falecidos, sugere que a Adusp faça a triagem dos sucessores legais e comunique à administração da USP para que possam providenciar a entrega dos dados de 1987. Na mesma mensagem afirma que seria importante que a Adusp encaminhasse o cálculo individual dos autores.

10/9/2010 - Adusp envia carta a todos os membros do Co apresentando um relato sobre a ação do gatilho, desde 1987 até os dias de hoje, e solicitando a colaboração dos conselheiros para a resolução da questão o mais rapidamente possível (a carta pode ser lida em www.adusp.org.br).

14/9/2010 - Adusp responde a mensagem da Codage de 8/9 reafirmando que para efetuar o cálculo definitivo do montante devido a cada beneficiário da ação é necessário que a USP forneça, oficialmente, a evolução dos vencimentos e proventos dos beneficiários em 1987. Também pergunta se as falhas identificadas nos dados do sistema Marte, comunicadas à administração por beneficiários e pela Adusp, foram resolvidas. Na mesma mensagem, reitera pedido para marcarem o mais breve possível uma reunião, que poderia ser útil para o exame dos cálculos realizados para uma pequena amostra de beneficiários com os dados preliminares fornecidos pela USP em dezembro de 2009 (vide www.adusp.org.br).

17/9/2010 - Até essa data a Reitoria não marcou reunião com a Adusp.